



# PMEPC 2013

Município de Freixo de Espada à Cinta

Fevereiro de 2013

Versão Final

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil



Promovido Por:



Financiado por:



Elaborado por:



### Ficha Técnica

#### Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,  
Nº 11, 3º B, Taguspark  
2740-120 Porto Salvo – Portugal

Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta  
Av. Guerra Junqueiro  
5180-104 Freixo de Espada à Cinta

Promovido Por:



Financiado por:



### Associação dos Municípios do Douro Superior

Direção do Projeto	Dr. Emídio Baptista
Equipa Técnica	Eng.ª Donírea Afecto
Equipa Técnica	Dra. Daniela Serra
Equipa Técnica	Dr. Nuno Trigo

### Câmara Municipal

Presidente	José Manuel Caldeira Santos
Vereador da Proteção Civil	Pedro Miguel de Sá Mora
Equipa Técnica	Eng.º Amadeu Rodrigues

Município, E.M. S.A.

Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Hélder Murcha
Equipa Técnica	Ana Ribeiro
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	José Luís Zêzere (Instituto de Geografia e Ordenamento do Território Universidade de Lisboa)
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Inês Fonseca (IGOT-UL)
	Eusébio Reis (IGOT-UL)
	Susana Pereira (IGOT-UL)
Recolha e tratamento de informação	Raquel Melo (IGOT-UL)
	Cristina Henriques (IGOT-UL)
	Aldina Piedade (IGOT-UL)
	Ana Costa (IGOT-UL)

## Índice

<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO .....</b>	<b>12</b>
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	13
3. OBJETIVOS GERAIS .....	15
4. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	15
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	16
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	16
7. ATIVAÇÃO DO PLANO .....	18
7.1. <i>Competências para a ativação do Plano</i> .....	18
7.2. <i>Critérios para a ativação do Plano</i> .....	19
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS .....	22
<b>PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA .....</b>	<b>23</b>
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO .....	24
2. EXECUÇÃO DO PLANO .....	26
2.1. <i>Fase de emergência</i> .....	27
2.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	32
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES .....	36
3.1. <i>Missão dos agentes de Proteção Civil</i> .....	38
3.1.1. Fase de emergência .....	38
3.1.2. Fase de reabilitação .....	40
3.2. <i>Missão dos organismos e entidades de apoio</i> .....	42
3.2.1. Fase de emergência .....	42
3.2.2. Fase de reabilitação .....	46
3.3. <i>Missão das estruturas autárquicas</i> .....	50
3.3.1. <i>Fase de emergência</i> .....	50
3.3.2. <i>Fase de reabilitação</i> .....	51
<b>PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>53</b>
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	54
2. LOGÍSTICA.....	56
2.1. <i>Apoio Logístico às forças de Intervenção</i> .....	57
2.2. <i>Apoio Logístico às populações</i> .....	61
3. COMUNICAÇÕES.....	66
3.1. REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS (ROB).....	67
3.2. REDE ESTRATÉGICA DE PROTEÇÃO CIVIL (REPC).....	68
3.3. SIRESP .....	69
3.4. ORGANIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES .....	69
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO .....	71
4.1. <i>Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro</i> .....	71
4.2. <i>Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação;</i> .....	73
4.3. <i>Gestão da Informação Publica</i> .....	74
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO .....	76
6. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	79
7. SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	81
8. SOCORRO E SALVAMENTO .....	84
9. SERVIÇOS MORTUÁRIOS .....	87
10. PROTOCOLOS .....	90
<b>PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR .....</b>	<b>91</b>
<b>SECÇÃO I .....</b>	<b>92</b>

1.	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL .....	92
1.1.	<i>Estrutura de Proteção Civil</i> .....	93
1.1.1.	Direção Política .....	94
1.1.2.	Coordenação Política .....	94
1.1.3.	Órgãos de Execução .....	95
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i> .....	96
1.2.1.	Sistema de Gestão de Operações.....	97
1.2.1.1.	Funções na estrutura da organização .....	100
1.2.1.2.	Teatro de Operações.....	103
1.2.2.	Comando Operacional .....	104
1.2.3.	Coordenação Institucional .....	105
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	106
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil</i> .....	106
2.2.	<i>CrITÉrios e âmbito para a declaração das situações de alerta, contingência ou calamidade</i> 107	
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i> .....	108
2.3.1.	Monitorização .....	108
2.3.2.	Alerta.....	112
2.3.3.	Aviso.....	113
<b>SECÇÃO II .....</b>		<b>115</b>
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL .....	115
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	115
2.1.	<i>Características Geomorfológicas</i> .....	115
2.2.	<i>Características Climáticas</i> .....	124
2.3.	<i>Características da Vegetação</i> .....	126
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA .....	129
3.1.	<i>Principais Aspetos demográficos</i> .....	129
3.2.	<i>Principais Aspetos Habitacionais</i> .....	136
3.3.	<i>Principais Aspetos Económicos</i> .....	139
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS .....	142
4.1.	<i>Equipamentos de utilização coletiva</i> .....	143
4.2.	<i>Equipamentos de justiça</i> .....	143
4.3.	<i>Equipamentos de segurança pública</i> .....	143
4.4.	<i>Equipamentos de Proteção Civil</i> .....	143
4.5.	<i>Infraestruturas rodoviárias</i> .....	143
4.6.	<i>Produção, armazenamento e distribuição de energia</i> .....	144
4.7.	<i>Sistema de abastecimento de água e saneamento</i> .....	147
4.8.	<i>Infraestruturas de resíduos sólidos</i> .....	149
4.9.	<i>Redes de Telecomunicações</i> .....	150
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO .....	152
5.1.	<i>Introdução</i> .....	152
5.2.	<i>Identificação do Risco</i> .....	155
5.2.1.	Ondas de Calor .....	156
5.2.2.	Vagas de Frio.....	160
5.2.3.	Nevões .....	164
5.2.4.	Cheias e Inundações.....	169
5.2.5.	Secas .....	172
5.2.6.	Sismos .....	177
5.2.7.	Movimentos de Massa em Vertentes .....	180
5.2.8.	Acidentes Rodoviários.....	185
5.2.9.	Acidentes Fluviais.....	187
5.2.10.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas .....	189
5.2.11.	Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas.....	189
5.2.12.	Cheias e Inundações por Rutura de Barragens.....	191
5.2.13.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes .....	192
5.2.14.	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional .....	193
5.2.15.	Incêndios Florestais.....	195

5.3.	<i>Análise do Risco</i> .....	199
5.3.1.	Ondas de Calor .....	202
5.3.2.	Vagas de frio .....	203
5.3.3.	Nevões .....	204
5.3.4.	Cheias e Inundações.....	205
5.3.5.	Secas .....	207
5.3.6.	Sismos .....	209
5.3.7.	Movimentos de Massa em Vertentes .....	212
5.3.8.	Acidentes Rodoviários.....	213
5.3.9.	Acidentes Fluviais.....	214
5.3.10.	Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas .....	214
5.3.11.	Colapso de Túneis, Pontes e outras Infraestruturas.....	215
5.3.12.	Cheias e Inundações por Rutura de Barragens.....	215
5.3.13.	Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes .....	216
5.3.14.	Incêndios e Colapsos em Centros Históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional .....	216
5.3.15.	Incêndios Florestais.....	219
5.4.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco</i> .....	222
5.4.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos.....	222
5.4.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos .....	223
5.4.3.	Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os riscos.....	223
5.4.4.	Planos de Ordenamento do Território .....	227
6.	CENÁRIOS .....	228
6.1.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i> .....	228
6.2.	<i>Cenário Hipotético de Movimentos de Massa em Vertentes</i> .....	231
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Vagas de Frio /Ondas de Calor</i> .....	236
6.3.1.	Vagas de Frio .....	236
6.3.2.	Ondas de Calor .....	239
6.4.	<i>Cenário Hipotético de Inundações /Cheias</i> .....	245
7.	CARTOGRAFIA (EM ANEXO) .....	251
<b>SECÇÃO III</b> .....		<b>252</b>
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS .....	252
2.	LISTA DE CONTACTOS .....	253
3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES .....	260
4.	MODELOS DE COMUNICADOS .....	265
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO .....	273
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO .....	274
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO .....	275
8.	LEGISLAÇÃO .....	276
9.	BIBLIOGRAFIA .....	280
10.	GLOSSÁRIO .....	283
11.	ANEXOS .....	286

## Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 – ORGANOGRAMA OPERACIONAL.....	27
ESQUEMA 2 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL EXISTENTES NO MUNICÍPIO.....	37
ESQUEMA 3 – ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO NO MUNICÍPIO.....	38
ESQUEMA 4 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES.....	63
ESQUEMA 5 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES .....	63
ESQUEMA 6 – ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES.....	68
ESQUEMA 7 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES .....	70
ESQUEMA 8 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS COMUNICAÇÕES DO MUNICÍPIO .....	71
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES) .....	74
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA) .....	76

ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO).....	78
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA) .....	81
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS).....	83
ESQUEMA 14 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO) .....	87
ESQUEMA 15 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS) .....	90
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTA .....	113
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO .....	114
ESQUEMA 18 – MODELO CONCEPTUAL DO RISCO (ADAPTADO DE UNDRO, 1979).....	152
ESQUEMA 19 – ESQUEMA FORMAL DA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO RISCO (ADAPTADO DE CANUTI & CASAGLI, 1994) .....	155
ESQUEMA 20 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL.....	231
ESQUEMA 21 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES .....	236
ESQUEMA 22 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ONDAS DE CALOR / VAGAS DE FRIO .....	244
ESQUEMA 23 – MEDIDAS PREVENTIVAS – CHEIAS / INUNDAÇÕES.....	245
ESQUEMA 24 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – CHEIA / INUNDAÇÃO.....	250

## Índice de Figuras

FIGURA 1 – ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	94
FIGURA 2 – ESTRUTURA DA OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL .....	97
FIGURA 3 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES.....	99
FIGURA 4 – ZONAS DE INTERVENÇÃO .....	104
FIGURA 5 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	201

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – GRÁFICO TERMO PLUVIOMÉTRICO DE FOLGARES (VILA FLOR) .....	126
GRÁFICO 2 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1970 E 2001 NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	131
GRÁFICO 3 – ESTRUTURA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA EM 1991 E 2001.....	135
GRÁFICO 4 – ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA EM 2001 .....	135
GRÁFICO 5 – DÉCADA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	138
GRÁFICO 6 – DÉCADA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS NAS FREGUESIAS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	139
GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA EM FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	140
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE DIAS DE ONDAS DE CALOR EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009) .....	158
GRÁFICO 9 – TEMPERATURA MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA DAS ONDAS DE CALOR EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009) .....	158
GRÁFICO 10 – NÚMERO DE DIAS DE VAGAS DE FRIO EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009).....	162
GRÁFICO 11 – TEMPERATURA MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA DAS VAGAS DE FRIO EM FOLGARES (1982-1997; 2004-2009) .....	162
GRÁFICO 12 – RELAÇÃO ENTRE A ALTITUDE E O NÚMERO DE DIAS COM QUEDA DE NEVE NAS ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS (NORMAL 1951-80) DO DOURO SUPERIOR E ÁREA ENVOLVENTE.....	166
GRÁFICO 13 – RELAÇÃO ENTRE A ALTITUDE E O NÚMERO DE DIAS COM SOLO COBERTO DE NEVE NAS ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS (NORMAL 1951-80) DO DOURO SUPERIOR E ÁREA ENVOLVENTE .....	167
GRÁFICO 14 – TAXA DE SUCESSO DO MODELO DE SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO TERRITÓRIO DO DOURO SUPERIOR E DEFINIÇÃO DAS QUATRO CLASSES DE SUSCETIBILIDADE .....	184
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS COM VÍTIMAS E DO NÚMERO DE VÍTIMAS MORTAIS NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ENTRE 2004 E 2009 .....	186
GRÁFICO 16 – ACIDENTES COM MORTOS OU FERIDOS GRAVES POR MÊS DE OCORRÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, ENTRE 2004 E 2009 .....	186
GRÁFICO 17 – PONTES E VIADUTOS NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	190
GRÁFICO 18 – PERCENTAGEM DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ENTRE 2006 E 2010.....	195

GRÁFICO 19 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 65 ANOS E PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 218

## Índice de Mapas

MAPA 1 – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL..... 14

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCR E ZRR..... 59

MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCAPS E ZCI ..... 65

MAPA 4 – ITINERÁRIOS PRINCIPAIS DE EVACUAÇÃO ..... 79

MAPA 5 – CARTA MUNICIPAL DE ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 116

MAPA 6 – CARTA MUNICIPAL DE HIPSOMETRIA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 117

MAPA 7 – CARTA MUNICIPAL DE DECLIVES DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 118

MAPA 8 – CARTA MUNICIPAL DE GEOLOGIA SIMPLIFICADA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 119

MAPA 9 – CARTA MUNICIPAL DA REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 122

MAPA 10 – CARTA MUNICIPAL DE PONTOS DE ÁGUA EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 124

MAPA 11 – CARTA MUNICIPAL DE USOS DE SOLOS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 129

MAPA 12 – CARTA MUNICIPAL DE POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 132

MAPA 13 – CARTA MUNICIPAL DE DENSIDADE POPULACIONAL EM 2001 EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 133

MAPA 14 – CARTA MUNICIPAL DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1991 E 2001 EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 134

MAPA 15 – CARTA MUNICIPAL DE NÚMERO DE EDIFÍCIOS CLÁSSICOS EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 137

MAPA 16 – CARTA MUNICIPAL DA OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SECTORES DE ATIVIDADE EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 142

MAPA 17 – EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA, JUSTIÇA, SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 144

MAPA 18 – EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (ESCOLAS) EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 145

MAPA 19 – CARTA MUNICIPAL DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 146

MAPA 20 – CARTA MUNICIPAL DAS INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 147

MAPA 21 – LOCALIZAÇÃO DE ETA’S, ETAR’S, SISTEMA ADUTOR E EMISSÁRIOS NOS CONCELHOS DO DOURO SUPERIOR/TERRA QUENTE ([HTTP://WWW.AGUAS-TMAD.PT/SISTEMA/INDEX.PHP](http://www.aguas-tmad.pt/sistema/index.php)) ..... 148

MAPA 22 – LOCALIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS, ETA’S, ETAR’S, FOSSAS E PITAR ..... 149

MAPA 23 – CARTA MUNICIPAL DE ANTENAS DE EMISSÃO/RECEÇÃO DE OPERADORAS DE SERVIÇOS MÓVEIS EM FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 151

MAPA 24 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM ONDAS DE CALOR (1982-1997; 2004-2009) NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 160

MAPA 25 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM VAGAS DE FRIO (1982-1997; 2004-2009) NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 164

MAPA 26 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM QUEDA DE NEVE (1951-80) NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 168

MAPA 27 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM SOLO COBERTO DE NEVE (1951-80) NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 169

MAPA 28 – SUSCETIBILIDADE A INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 172

MAPA 29 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE ANOS DE SECA MODERADA A EXTREMA (MÉDIA MENSAL DO SPI DE 12 MESES) NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 176

MAPA 30 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE ANOS DE SECA FRACA (MÉDIA MENSAL DO SPI DE 12 MESES) NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 177

MAPA 31 – ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA NA CARTA DE SISMICIDADE HISTÓRICA ..... 179

MAPA 32 – SUSCETIBILIDADE SÍSMICA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA..... 180

MAPA 33 – SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 183

MAPA 34 – REDE VIÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS GRAVES, ENTRE 2004 E 2009 ..... 187

MAPA 35 – LOCAIS DE ACESSO AO FUNDO DO VALE EM CASO DE ACIDENTE FLUVIAL NO RIO DOURO..... 188

MAPA 36 – DISTRIBUIÇÃO DAS PONTES E VIADUTOS NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 191

MAPA 37 – POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ..... 193



MAPA 38 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA ENTRE 2006 E 2010.....	194
MAPA 39 – CARTA DE VISIBILIDADE DOS POSTOS DE VIGIA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	197
MAPA 40 – CARTA DE SUSCETIBILIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL EM FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	198
MAPA 41 – VULNERABILIDADE A ONDAS DE CALOR E VAGAS DE FRIO NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	203
MAPA 42 – VULNERABILIDADE A SECAS POR FREGUESIA NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	209
MAPA 43 – IDADE DO EDIFICADO NOS AGLOMERADOS POPULACIONAIS DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	211
MAPA 44 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE A INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS À SUBSECÇÃO, NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	219
MAPA 45 – MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	222
MAPA 46 – SITAC – INCÊNDIO FLORESTAL.....	230
MAPA 47 – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTE – CAMINHOS ALTERNATIVOS .....	234
MAPA 48 – CENÁRIO DE INUNDAÇÕES .....	247
MAPA 49 – CENÁRIO DE CHEIAS / INUNDAÇÕES – ALTERNATIVA.....	249

## Índice de Tabelas

TABELA 1 – INTERLIGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL COM O PMEPCFEC.....	17
TABELA 2 – PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE OS INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO COM O PMEPCFEC.....	18
TABELA 3 – MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO .....	18
TABELA 4 – MATRIZ DE RISCO – ATIVAÇÃO DO PLANO .....	20
TABELA 5 – CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS .....	22
TABELA 6 – ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	26
TABELA 7 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE EMERGÊNCIA .....	28
TABELA 8 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL .....	29
TABELA 9 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO... ..	30
TABELA 10 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO .....	31
TABELA 11 – AÇÕES A DESENVOLVER – FASE DE REABILITAÇÃO .....	32
TABELA 12 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL .....	33
TABELA 13 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO .....	34
TABELA 14 – ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	35
TABELA 15 – AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	36
TABELA 16 – ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO.....	36
TABELA 17 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA.....	40
TABELA 18 – TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO .....	42
TABELA 19 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA .....	46
TABELA 20 – TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO .....	50
TABELA 21 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE EMERGÊNCIA .....	51
TABELA 22 – MISSÃO DAS ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS NA FASE DE REABILITAÇÃO.....	52
TABELA 23 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	54
TABELA 24 – RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS .....	55
TABELA 25 – TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO .....	56
TABELA 26 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES .....	57
TABELA 27 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO.....	58
TABELA 28 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES.....	60
TABELA 29 – NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES .....	62
TABELA 30 – PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA .....	66
TABELA 31 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES.....	67
TABELA 32 – REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS .....	67
TABELA 33 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	72
TABELA 34 – RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO.....	74

TABELA 35 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA .....	75
TABELA 36 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO.....	77
TABELA 37 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA .....	80
TABELA 38 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS .	82
TABELA 39 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO .....	84
TABELA 40 – MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES .....	86
TABELA 41 – COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS .....	88
TABELA 42 – OBJETIVOS E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL.....	92
TABELA 43 – PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	93
TABELA 44 – DIREÇÃO POLITICA .....	94
TABELA 45 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL .....	95
TABELA 46 – COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL .....	96
TABELA 47 – COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO.....	101
TABELA 48 – ADJUNTOS DO COS .....	101
TABELA 49 – CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES.....	103
TABELA 50 – RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE.....	103
TABELA 51 – COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL.....	105
TABELA 52 – COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC .....	106
TABELA 53 – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL .....	107
TABELA 54 – DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE .....	107
TABELA 55 – COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA .....	108
TABELA 56 – AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA .....	109
TABELA 57 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA .....	110
TABELA 58 – CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS.....	110
TABELA 59 – NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO.....	113
TABELA 60 – LISTA DOS PRINCIPAIS CURSOS DE ÁGUA EM FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	121
TABELA 61 – LISTA DE PONTOS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	123
TABELA 62 – TIPOS E ÁREA OCUPADA DE USOS DO SOLO NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	127
TABELA 63 – POPULAÇÃO DO DOURO SUPERIOR, POR MUNICÍPIO, DESDE O SÉCULO XIX .....	130
TABELA 64 – PERIGOS COM INCIDÊNCIA RELEVANTE NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	156
TABELA 65 – ESTAÇÕES CLIMATOLÓGICAS UTILIZADAS NA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA NEVE .....	165
TABELA 66 – NÚMERO DE ANOS COM SECA MODERADA A EXTREMA E SECA FRACA IDENTIFICADOS PELO SPI A 12 MESES ENTRE 1960 e 2005 EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS DO INTERIOR NORTE DE PORTUGAL CONTINENTAL .....	175
TABELA 67 – MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES IDENTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	181
TABELA 68 – CLASSES DE SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	185
TABELA 69 – SUSCETIBILIDADE AOS MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, EXPRESSO POR PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA .....	185
TABELA 70 – SUSCETIBILIDADE AO INCÊNDIO FLORESTAL NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA, EXPRESSO POR PORCENTAGEM DO TERRITÓRIO DA FREGUESIA .....	199
TABELA 71 – GRAU DE PROBABILIDADE .....	200
TABELA 72 – GRAU DE GRAVIDADE .....	200
TABELA 73 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	201
TABELA 74 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS EM 2001, POR FREGUESIA E NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE ONDAS DE CALOR NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	202
TABELA 75 – POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS EM 2001, POR FREGUESIA E NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE VAGAS DE FRIO NO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	204
TABELA 76 – ÁREAS INUNDÁVEIS POR FREGUESIA E POR TIPO DE INUNDAÇÃO (ÁREA E FRAÇÃO DA FREGUESIA) NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	205
TABELA 77 – INFRAESTRUTURAS (EDIFICADO E REDE VIÁRIA) POTENCIALMENTE AFETADAS POR TIPO DE INUNDAÇÃO E POR FREGUESIA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA (APENAS SE ENCONTRAM REPRESENTADAS AS FREGUESIAS COM ÁREAS INUNDÁVEL NO QUADRO ANTERIOR).....	206
TABELA 78 – TIPO DE EDIFÍCIOS LOCALIZADOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÃO FLUVIAL, INUNDAÇÃO FLUVIAL PROGRESSIVA/RUTURA DE BARRAGEM E INUNDAÇÕES VÁRIAS (DE MONTANTE E REGOLFO).....	207

TABELA 79 – EDIFÍCIOS COM IDADE SUPERIOR A 25 ANOS EM AGLOMERADOS POPULACIONAIS, NAS FREGUESIAS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	211
TABELA 80 – DISTRIBUIÇÃO DE EDIFICADO E DA REDE VIÁRIA PELAS CLASSES DE SUSCETIBILIDADE À INSTABILIDADE DE VERTENTES NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	212
TABELA 81 – ÁREAS EDIFICADAS EM VERTENTES COM SUSCETIBILIDADE ELEVADA OU MODERADA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	213
TABELA 82 – REDE VIÁRIA INSTALADA EM VERTENTES COM SUSCETIBILIDADE ELEVADA OU MODERADA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA .....	213
TABELA 83 – ÁREAS DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO E OUTRAS CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELEVADA OU MUITO ELEVADA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	220
TABELA 84 – ESTRADAS MUNICIPAIS (EM) E NACIONAIS (EN) IMPLANTADAS EM ÁREAS DE SUSCETIBILIDADE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS ELEVADA OU MUITO ELEVADA NO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA.....	221
TABELA 85 – MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO .....	224
TABELA 86 – MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO .....	227
TABELA 87 – INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	228
TABELA 88 – FITA DO TEMPO .....	229
TABELA 89 – INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES .....	232
TABELA 90 – INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE VAGAS DE FRIO.....	237
TABELA 91 – INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE ONDAS DE CALOR .....	240
TABELA 93 – INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE CHEIAS /INUNDAÇÕES.....	246

## Parte I – Enquadramento Geral do Plano

---

### 1. Introdução

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Freixo de Espada à Cinta (adiante designado abreviadamente por PMEPCFEC) é um documento formal que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil a nível municipal. Permite antecipar cenários suscetíveis e espectáveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência.

O PMEPCFEC é um plano de âmbito geral, elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o âmbito territorial e administrativo do município de Freixo de Espada à Cinta.

Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008 de 18 de Julho, no mínimo uma vez em cada dois anos, ou no caso de existirem alterações pertinentes resultantes dos exercícios utilizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações no mesmo.

O Município está sujeito a uma multiplicidade de riscos naturais, tecnológicos ou mistos que se podem manifestar a qualquer altura, no entanto aquele, que pelas características do município, ou até mesmo pela sua historicidade, é destacado é o risco de Incêndio Florestal.

O diretor do PMEPCFEC é o Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, José Manuel Caldeira Santos e, na sua ausência, o seu legítimo substituto legal é o vice-presidente da Câmara Municipal, Pedro Miguel de Sá Mora.

### 2. Âmbito de aplicação

Sendo o PMEPCFEC um plano de âmbito municipal, este aplica-se à totalidade da área territorial do Município de Freixo de Espada à Cinta, ou seja, uma área total de 245.0 Km<sup>2</sup>, correspondendo às suas 6 freguesias (Fornos; Freixo de Espada à Cinta; Lagoaça; Ligares; Mazouco; e Poiares), Freixo de Espada à Cinta é um dos concelhos do distrito de Bragança e um dos 19 municípios pertencentes à NUT III Douro.



Mapa 1 – Enquadramento Territorial

O PMEPCFEC tem como objetivo, fazer face a todas as situações recorrentes da manifestação dos riscos **Naturais** (Ondas de Calor, Vagas de Frio, Nevões, Cheias e Inundações, Secas, Sismos, Movimentos de Massa em Vertentes); **Tecnológicos** (Acidentes Rodoviários, Acidentes Fluviais, Acidentes no Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas, Colapso Túneis, Pontes e outras Infraestruturas, Cheias e Inundações por Rutura de Barragens, Acidentes em Instalações de Combustíveis, Óleos e Lubrificantes, Incêndios e Colapsos em Centros históricos e em Edifícios com Elevada Concentração Populacional) ou **Mistos** (Incêndios Florestais).

### 3. Objetivos gerais

Os objetivos gerais a que o PMEPCFEC se propõe, são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis a recorrer em caso de acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação das condições favoráveis ao empenho rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

### 4. Enquadramento Legal

Legislação Estruturante

- Lei nº 65/2007, de 12 de Novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011;
- Lei nº 27/2006, de 3 de Julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011.

Legislação Específica

- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 25/2008, de 18 de Julho – Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

### 5. Antecedentes do Processo de Planeamento

A historicidade de acontecimentos resultantes do processo de planeamento de emergência está resumida á existência de um Plano de Emergência de Proteção Civil, datado de 25 de Junho de 1998.

Este Plano nunca esteve em consulta pública, conseqüentemente nunca teve nenhum parecer nem favorável, nem desfavorável.

Os necessários testes ao plano nunca foram levados a cabo, ou seja, não existiu qualquer exercício no âmbito do Plano Municipal de Emergência, contudo existiu uma atualização dos conteúdos do plano, datada de 28 de Abril de 2006.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil anterior nunca foi ativado.

A presente versão do PMEPC de Freixo de Espada à Cinta esteve em consulta Pública a partir do dia 22 de Março de 2011 pelo período de 30 dias. O parecer da CMPC foi efetuado em reunião realizada no dia 3 de Junho de 2011.

### 6. Articulação com instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território

O planeamento e ordenamento do território revestem-se de vital importância no que diz respeito à minimização dos efeitos nefastos que podem ocorrer devido à manifestação dos riscos existentes no município de Freixo de Espada à Cinta. Um uso cuidado e correto do solo, aliado á diminuição da vulnerabilidade, ou seja minimização da exposição de pessoas e bens, poderá potenciar o sucesso das políticas de proteção civil. Assim prevê-se que o PDM contenha informação referente às áreas de relevância operacional consideradas no PMEPC, bem como integre as áreas de perigosidade na Reserva Ecológica Nacional.

Neste contexto, na tabela seguinte encontra-se a interligação entre alguns dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território que contribuem para a prossecução dos objetivos do PMEPCFEC.

Nível	Designação do Instrumento	Contributo para o PMEPCFEC
Âmbito Nacional	PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
	ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
	Planos Setoriais PNA	Plano Nacional da Água



	PNDFCI	Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios	
	PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	
	PNPR	Plano Nacional de Prevenção Rodoviária	
	ENF	Estratégia Nacional para a Floresta	
	PROFD	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	
	PBHD	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro	
<b>Âmbito Regional</b>	PROTN	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte	(em execução)
<b>Âmbito Municipal</b>	PDM	Plano Diretor Municipal	Planta de Condicionantes
Planos Setoriais	PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios	Carta de Perigosidade de Incêndio
<b>Instrumentos de planeamento de emergência</b>	PEDPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil	(em execução)
	PMEPC Adjacentes	Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil dos Municípios adjacentes (Vila Nova de Foz Côa, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Figueira de Castelo Rodrigo)	(em execução)

Tabela 1 – Interligação dos Instrumentos de Gestão Territorial com o PMEPCFEC

A tabela seguinte descreve os pontos de convergência entre PMEPCFEC e os instrumentos de planeamento e ordenamento do território.

Instrumentos de Planeamento e ordenamento do Território	PNPOT	ENDS	PNA	PNDFCI	PNAAS	PNPR	ENF	PROFD	PBHD	PROTN	PDM	PMDFCI	PEDPC	PMEPC Adjacentes
Tipificação dos riscos	X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X
Medidas de prevenção a adotar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe				X		X						X	X	X
Definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil municipal	X		X	X				X	X	X		X	X	X
Critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados utilizáveis				X								X	X	X
Estrutura operacional que vai garantir à unidade de direção e o controlo permanente da situação	X			X								X	X	X

Tabela 2 – Pontos de convergência entre os instrumentos de ordenamento e planeamento do território com o PMEPCFEC

## 7. Ativação do Plano

### 7.1. Competências para a ativação do Plano

Nos termos do nº2 do artigo 40, concatenado com o nº2 do artigo 38, da Lei de Bases da Proteção Civil (Lei nº27/2006, de 3 de Julho), e tal como disposto no nº3 do artigo 3º da Lei nº65/2007, de 12 de Novembro, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil do Município de Freixo de Espada à Cinta a ativação do PMEPCFEC.

A ativação do PMEPCFEC pode ser, dependendo da complexidade da situação, deliberada com a presença do diretor do plano ou pelo seu substituto e contar com a presença de pelo menos mais 2 (dois) elementos, no entanto, deverá logo que possível, ser ratificada *a posteriori* pelo plenário da CMPC.

A publicitação da ativação do PMEPCFEC será levada a cabo, atendendo à extensão territorial da emergência e da sua gravidade, devendo ser sempre alargada aos municípios vizinhos e CDOS respetivo. Nesse sentido os meios a utilizar serão:

Meios de Publicitação da Ativação do Plano		
Órgãos de Comunicação Social	Órgãos de Comunicação Social, de âmbito territorial considerado mais apropriado.	Exemplos: Rádio Torre de Moncorvo Rádio Planalto Rádio Bragança Rádio Brigantia Jornal do Nordeste Mensageiro de Bragança Outros de âmbito territorial mais alargado, considerados pertinentes para o efeito
Sítio da internet	Página de Internet da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta	<a href="http://www.cm-freixoespadacinta.pt/">http://www.cm-freixoespadacinta.pt/</a>
Editais	Editais afixados em locais próprios para o efeito.	

Tabela 3 – Meios de Publicitação da ativação do Plano

A desmobilização operacional dos agentes de Proteção Civil envolvidos nas operações dependerá essencialmente do entendimento do Comandante das Operações de Socorro; no entanto deverá partir de um entendimento entre este, o Diretor do Plano, o Comandante Operacional Municipal e o Serviço Municipal de Proteção Civil de Freixo de Espada à Cinta, bem como a desativação do PMEPCFEC. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

## 7.2. Critérios para a ativação do Plano

Os critérios para a ativação dos Planos de Emergência têm em conta a natureza das emergências, quer estas resultem em acidentes graves ou catástrofes, contudo a sua gravidade e a extensão dos seus efeitos previsíveis, bem como os resultados da sua mitigação resultante da sua ativação deverão ser tomados em conta. Os pressupostos utilizados para a ativação do PMEPCFEC constituem uma base de critérios coerentes e perfeitamente adaptados à realidade do município, assistindo assim o processo de tomada de decisão da ativação / desativação do plano, contudo a ativação será sempre levada a cabo em função da decisão da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Os critérios a serem tomados em conta serão:

- Em primeira instância este deverá ser **ativado** sempre que se declare a **situação de alerta** ao nível da parcela territorial do município a que o plano diz respeito. Concorrendo para o cumprimento do estabelecido no ponto 1 do artigo 15º da Lei nº27/2006, de 3 de Julho.
- Será também **ativado** ou **não**, consoante o grau de risco existente, contemplado pela declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil nº 97/2007, de 16 de Maio. O resultado do grau de risco é obtido através da matriz de risco, onde são interpolados o respetivo grau de gravidade e o grau de probabilidade.

O grau de gravidade é tipificado pela escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. O grau de probabilidade é tipificado na seguinte tabela de probabilidade / frequência de consequências negativas da ocorrência.

A relação entre a gravidade das consequências negativas e a probabilidade de ocorrências reflete, na generalidade, o grau de risco, sendo o plano passível de ser ativado através dos seguintes pressupostos:

## Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

PROBABILIDADE / FREQUÊNCIA		Matriz de Risco		
		GRAVIDADE / INTENSIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRITICA
		Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos. Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Pequeno impacto no ambiente, sem efeitos duradouros. Alguma perda financeira.	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos. Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Alguns impactos na comunidade com efeitos a longo prazo. Perda financeira significativa e assistência financeira necessária.	Situação crítica. Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma longa duração. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário. A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo. Impacto ambiental significativo e/ou danos permanentes.
<b>CONFIRMADA</b>	Ocorrência real verificada.	<b>ELEVADO – Ativação</b>	<b>EXTREMO – Ativação</b>	<b>EXTREMO – Ativação</b>
<b>ELEVADA</b>	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias; e/ou nível elevado de incidentes registados; e/ou fortes evidências; e/ou forte probabilidade de ocorrência do evento; e/ou fortes razões para ocorrer; Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.	<b>ELEVADO – Ativação</b>	<b>EXTREMO – Ativação</b>	<b>EXTREMO – Ativação</b>
<b>MÉDIA - ALTA</b>	Irà provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias; e/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer; Pode ocorrer uma vez em cada 5 anos.	<b>MODERADO – Convocação prévia da Comissão Municipal de Proteção Civil e decisão perante reunião da mesma.</b>	<b>ELEVADO – Ativação</b>	<b>ELEVADO – Ativação</b>
<b>MÉDIA</b>	Não é provável que ocorra; Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram; pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.	<b>BAIXO – Não ativação</b>	<b>MODERADO – Não ativação</b>	<b>MODERADO – Não ativação</b>

Tabela 4 – Matriz de Risco – Ativação do Plano

São também critérios para ativação do plano:

- a) Incêndio florestal cuja área exceda os **1000 ha** e/ou decorra mais de **72h** seguidas sem que tenha passado à fase de rescaldo;
- b) Iminência ou ocorrência de outros fenómenos, que não os mencionados anteriormente e que sejam suscetíveis de fomentar a ativação do plano;

Assim que as condições de segurança estiverem garantidas para a população e restabelecidas as condições mínimas de normalidade, o PMEPCFEC poderá ser desativado por decisão da CMPC. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respetivos mecanismos de desativação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando a ativação do Plano.

A CMPC deverá estabelecer um contacto permanente com o CDOS de modo a comunicar a ativação/desativação do PMEPCFEC, a agilizar as estratégias de intervenção e a garantir o fluxo contínuo de informação atualizada da situação. A ativação/desativação do PMEPCFEC deverá também ser comunicada aos municípios adjacentes. A publicitação da sua desativação será efetuada da mesma forma que a sua ativação.

## 8. Programa de Exercícios

O plano de emergência deve ser regularmente treinado através de exercícios em que se simulam situações de emergência a diferentes níveis. Com o planeamento e realização destes treinos poderá, por um lado, testar-se o plano em vigor, adaptando-o e atualizando-os se for caso disso, e, por outro lado, fazerem-se rotinas dos procedimentos a adotar em situação real de emergência.

Tipologia de Risco	Data	Entidades a Envolver	Tipo de exercício (CPX <sup>1</sup> ; LivEx <sup>2</sup> )
Incêndios Florestais	2º semestre de 2013	SMPC; Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; Sapadores Florestais; INEM; GNR; EDP; REN; ICNF; Juntas de Freguesias; ICNF.	LivEx
Nevões; Ondas de Calor e Vagas de Frio	1º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesia; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX
Inundações urbanas	2º semestre de 2014	SMPC; Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta; Autoridade Marítima; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesia; Instituto da Segurança Social, I.P.; ICNF.	LivEx
Sismos	1º semestre de 2015	SMPC; Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta; Autoridade de Saúde do Município; Centro de Saúde; INEM; GNR; EDP; REN; Estradas de Portugal, S.A.; Juntas de Freguesia; Instituto da Segurança Social, I.P.	CPX

Tabela 5 – Calendarização de exercícios

1 Comand Post Exercise – entende-se aquele que se realiza em contexto de sala de operações e tem como objetivos testar o estado de prontidão e a capacidade de resposta e de mobilização de meios das diversas entidades envolvidas nas operações de emergência.

2 Entende-se um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno, com meios e equipamentos, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais de execução das entidades envolvidas.